

Historiografia da Educação Brasileira: Contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de Pós-Graduação¹

Leonor Maria Tanuri

Resumo:

O presente texto analisa a produção historiográfica da educação brasileira no Estado de São Paulo, na década anterior à instalação dos cursos de pós-graduação, procurando evidenciar que tal período deu início a uma tradição de pesquisa no âmbito da História da Educação Brasileira e apresentou contribuição relevante, por ter produzido obras que, ainda hoje, constituem-se em referências obrigatórias.

Palavras chave: História da Educação; Historiografia da Educação Brasileira; Pesquisa em História da Educação Brasileira.

Abstract:

This paper tries to make an appraisal of the historical research in Brazilian Education accomplished in São Paulo State, Brazil, during the decade before the graduate courses were started. It emphasizes that the Educational History researches carried out in this period constitute an important contribution to Historiography of Brazilian Education.

Key words: History of Education; Historiography of Brazilian Education; History of Brazilian Education research.

¹ Trabalho Apresentado na Mesa Redonda sobre História da Educação, realizada a 20 de outubro de 1997, durante o I Congresso de Ciências da Educação, promovido pela FCL/Araraquara/UNESP e pela FEUSP, em Araraquara.

Como o tema desta mesa-redonda é amplo, vou deixar de lado questões específicas de cunho teórico e metodológico da História da Educação e fazer um recorte da produção historiográfica da Educação Brasileira num período que me parece relevante, não pela quantidade dos trabalhos produzidos, **mas por ter praticamente dado início ao trabalho de construção historiográfica e de organização de fontes, e por ter produzido algumas obras que, ousou dizer, tornaram-se quase clássicas e, por isso, ainda hoje fornecem contribuição relevante e constituem referências obrigatórias**, em que pese o fato de que outras leituras/representações já tenham sido feitas e ainda possam e devam ser feitas dos mesmos objetos de estudo.

Refiro-me ao período, mais especificamente à década, que antecede à instalação dos programas de pós-graduação de conformidade com as diretrizes estabelecidas pela reforma universitária de 1968. Alguns levantamentos e avaliações críticas, embora não exaustivos, já foram feitos, tomando-se sempre como ponto de partida a instalação dos programas de pós-graduação, dos quais geralmente se considera que resultaram os esforços pertinentes à construção da História da Educação Brasileira. A propósito, cite-se os trabalhos publicados na revista *Em Aberto*, número 23, set./out.1984, principalmente o de Miram Jorge Warde, bem como alguns incluídos no número 47, jul./set. da mesma revista. Mencione-se também que Miriam Jorge Warde vem desenvolvendo, desde 1989, um projeto de pesquisa sobre a historiografia da educação brasileira, a partir do qual Luiz Carlos Barreira defendeu tese de doutoramento que analisou teses de mestrado e doutorado apresentadas no período de 1971 a 1988ⁱⁱ. Devo esclarecer que farei um recorte bastante restrito no tempo e no espaço, circunscrito às minhas vivências e limitado pelo meu ambiente mais próximo: a antiga secção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e os cursos de Pedagogia dos Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras dos Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado de São Paulo. Ademais, minha visão será impressionista, apresentada através de largas pinceladas, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto e de dar conta de todos os trabalhos relevantes. Minha visão (ou representação) será também desprovida de pretensão de rigor e objetividade, visando, não sem um certo saudosismo, resgatar a produção e os esforços de um momento que, a meu ver, deu uma contribuição importante para o estudo da educação brasileira da perspectiva históricaⁱⁱⁱ.

Antes de mais nada, devo dizer que é bastante recente o interesse pela História da Educação Brasileira, seja como objeto de pesquisa, seja como disciplina acadêmica. A própria História da Educação (Geral) só aparece no

currículo da Escola Normal, segundo tenho conhecimento, com a reforma de empreendida por Anísio Teixeira em 1932 no Distrito Federal (Dec.3810, de 19/03/32), onde figura juntamente com a Filosofia da Educação. No Estado de São Paulo, a partir da reforma realizada por Fernando de Azevedo em 1933 (Dec. 5846, de 21/2/33), a História da educação passa a figurar nos currículos das escolas normais. A introdução da História da Educação nos currículos dos cursos de formação de professores ocorria no bojo da ampliação do conteúdo pedagógico desses cursos, resultante da ação dos renovadores da educação. Assim, ao lado das ciências base da educação - Psicologia, Sociologia e Biologia - a História e a Filosofia da Educação eram introduzidas como disciplinas formadoras, atreladas a uma visão pragmática: o estudo da História da educação deveria ser útil para o presente, do que decorria sua importância para a formação do educador. Essa visão certamente influenciaria a literatura produzida, explicando também porque ela foi feita mais por educadores do que por historiadores. Com a criação dos cursos de Pedagogia, a partir de 1939, a História da Educação foi incluída em seus currículos, e o seu conteúdo passou a ganhar maior densidade.

Os livros didáticos produzidos e utilizados nesse período contemplavam a gênese e a evolução da educação ao longo da história, da antiguidade oriental à antiguidade clássica, idade média, renascimento, idade moderna, para terminar com apenas um capítulo ou um apêndice dedicado à educação brasileira. Esse é o caso, por ex., do livro de Afrânio Peixoto (*História da Educação*, S. Paulo: Ed.Nacional, 1933), bastante usado nas escolas normais nos anos trinta e do livro de Theobaldo Miranda Santos (*Noções de História de Educação*, São Paulo:Ed.Nacional, 1945), que atingiu, até 1964, cerca de 10 edições^{iv}.

Mesmo nos cursos de Pedagogia, a disciplina específica de História da Educação Brasileira era geralmente inexistente nos currículos antes dos anos 70. Informações fornecidas pela Profa. Tirsa Regazzini Peres, ex-aluna de Pedagogia da USP dos anos 50, evidenciam que o programa da disciplina História da Educação, então a cargo do Prof. Roque Spencer Maciel de Barros, não chegava a contemplar conteúdos referentes ao Brasil. Era Fernando de Azevedo quem, responsável pela cátedra de Sociologia da Educação e tendo sido político da educação, inclusive diretor geral da instrução pública, trazia informações sobre a abordagem histórica da educação brasileira, principalmente sobre a atuação que tivera no Distrito Federal e em São Paulo. O primeiro currículo mínimo do Curso de Pedagogia, fixado em decorrência do Par. CFE 251/62, contempla a matéria **História da Educação**, especificando que ela “deve ser entendida como uma apreciação coerente dos fundamentos históricos que explicam a educação

moderna, e, dentro desta orientação, conterà uma divisão especial dedicada à História da Educação Brasileira.” Tal diretriz não chegou a ter como consequência o desdobramento da História da Educação em disciplinas específicas, de modo que, nos anos 60, vamos encontrar, tanto no curso de Pedagogia da USP como no das Faculdades de Filosofia do interior, a História da Educação Brasileira sendo contemplada no final do programa de História da Educação e não como disciplina específica. Finalmente, ela aparece como disciplina isolada nos anos setenta.

Compreende-se assim porque, até os anos 50, a pesquisa em História da Educação Brasileira despertava tão pouco interesse e limitava-se a alguns artigos ou capítulos genéricos e descritivos sobre a evolução da instrução pública no Brasil^v; aos trabalhos de arrolamento de fontes oficiais de Primitivo Moacyr, publicados entre 1936 e 1944, ainda hoje tão utilizados^{vi}, e que acabaram por se constituir em fontes primárias para muitos trabalhos; aos trabalhos de Fernando de Azevedo, principalmente sua obra datada e apologética sobre *A Cultura Brasileira*, escrita durante o Estado Novo.

A partir de então, principalmente nos anos 60, situam-se alguns esforços que dão início à pesquisa mais aprofundada na área e ao trabalho de levantamento e construção de fontes. No Estado de São Paulo, tais esforços têm início na antiga secção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e irradiam-se por alguns Institutos Isolados mantidos pelo governo do Estado.

É importante ressaltar que alguns fatores e algumas condições propícias haviam se criado para que se desencadeasse tal interesse pela História da Educação Brasileira. Mencione-se, inicialmente, que o projeto de Lei de Diretrizes e Bases, em tramitação no congresso desde 1948, movimentava educadores e a opinião pública acerca de questões pertinentes à definição da política educacional: disposições referentes ao papel do Estado em matéria de educação, à liberdade de ensino, às delimitações de competências entre os poderes federal e estaduais, à centralização x descentralização. A circulação de idéias decorrentes da tramitação do projeto motivou inúmeros debates, publicações e encontros. Em tais circunstâncias, importantes obras foram escritas na década de 50 examinando a realidade educacional brasileira e a problemática da democratização da educação na época: *Educação não é Privilégio*, de Anísio Teixeira; *E a Escola Primária?* de Almeida Júnior; *Introdução à Crítica do Ensino Secundário*, de Geraldo Bastos Silva, *Educação e Desenvolvimento no Brasil* de João Roberto Moreira. O último, publicado em 1960, constituía uma história geral da educação brasileira à luz do desenvolvimento social e político do Brasil.

Ademais, criavam-se em 1955, por iniciativa de Anísio Teixeira à frente do INEP, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, no Rio de Janeiro, e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais de Recife, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, os quais tiveram um papel fundamental na construção de uma tradição de pesquisa no campo da educação, graças à aproximação entre as ciências sociais e a educação. Aliás, em trabalho apresentado em setembro de 1997, na 20a. reunião da ANPED, Ana Walesca Mendonça considera que a tradição de pesquisa que se constituiu no interior do CBPE e que se interrompeu com o seu fechamento, não teve continuidade nem foi retomada com a posterior implantação dos cursos de pós-graduação^{vii}. Em 1959 realizava-se importante simpósio sobre “Problemas Educacionais Brasileiros”, no CRPE de São Paulo, com a participação dos principais educadores e sociólogos paulistas, cujas comunicações seriam publicadas somente em 1967-68 nos boletins da *Série Estudos e Documentos*, publicada pelo CRPE de São Paulo^{viii}.

Um outro fator que me parece relevante no Estado de São Paulo para o aumento da produção bibliográfica na área da educação, inclusive da produção historiográfica, foi a interiorização do ensino superior, ou seja a criação dos Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado de São Paulo, a partir do final dos anos 50, no governo de Jânio Quadros. Além dos tradicionais cursos de Pedagogia da USP e da PUC, instalaram-se outros nas FFCL de Araraquara, Marília, Rio Claro, São José do Rio Preto e Franca, constituindo-se, assim, centros de ensino e pesquisa na área de Educação, os quais, apesar das condições incipientes da época, puderam contribuir para a formação do grupo de pesquisadores que começava a se constituir a partir da antiga secção de Pedagogia da FFCL da USP e para dar maior densidade aos trabalhos que começavam a ser produzidos. No âmbito da História da Educação, dois nomes pioneiros merecem especial destaque: o de Laerte Ramos de Carvalho e o de Roque Spencer Maciel de Barros.

O Prof. Laerte Ramos de Carvalho foi, a meu ver, figura central na constituição desse grupo de pesquisadores da História da Educação Brasileira, cuja influência se irradia por alguns dos Institutos Isolados - não só por sua atuação como pesquisador, mas também pela disponibilidade com que aceitava a orientação - formal e informal - daqueles que o procuravam e por sua preocupação em articular e coordenar o trabalho dos pesquisadores da área. Já em 1952, Laerte havia produzido seu trabalho *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*^{ix}, que ainda hoje constitui a principal contribuição sobre o assunto. Em torno de Laerte e sob sua coordenação informal reuniram-se Roque Spencer Maciel de Barros, José Mário Pires Azanha, Heládio César Gonçalves Antunha, João Eduardo Villalobos, Maria

de Lurdes Mariotto Haidar, todos professores da Pedagogia da USP, além de Casemiro dos Reis Filho, então da FFCL de Rio Preto, Rivadávia Marques Júnior, Jorge Nagle e Tirsa Regazzini Péres, da FFCL de Araraquara. Inicialmente, houve a preocupação de se planejar o trabalho a ser feito e de se distribuírem os temas, de modo a se cobrirem os períodos imperial e republicano no que diz respeito às questões então consideradas mais relevantes da educação escolar brasileira. Parece-me que, pela primeira vez, surge um projeto para se escrever a história da educação escolar brasileira. Posteriormente, outros pesquisadores, ou talvez aprendizes de pesquisa, muitos dos quais estranhos à USP, acrescentaram-se a esses, graças a disponibilidade do Prof. Laerte, entre eles Maria Aparecida Rocha Bauab e Nilce Aparecida Lodi, da FFCL de São José do Rio Preto, Maria da Glória de Rosa, da FFCL de Marília, Miriam Xavier Fragoso, de FFCL de Assis, Maria Therezinha Degani, bolsista da FAPESP, entre outros.

A tarefa era árdua e tudo estava por fazer. Não dispúnhamos de sistematização e catalogação de toda a produção bibliográfica e de documentação de interesse da Educação Brasileira existente em nossas bibliotecas e arquivos, que pudesse oferecer apoio para a pesquisa. Foi preciso providenciar um trabalho de levantamento de fontes impressas nas bibliotecas e arquivos, feito com a ajuda de alunos... Disso resultou um calhamaço de páginas datilografadas - cujas cópias xerox circularam de mão em mão - que, a meu ver, constituiu o primeiro catálogo de fontes de História da Educação existentes nas várias bibliotecas da cidade de São Paulo e que muito nos ajudou na localização da documentação e das obras raras. Aliás, a insistência do Prof. Laerte no sentido de se indicar em cada referência o local onde a obra estava disponível era reveladora de sua preocupação com a socialização das fontes. Alguns poucos trabalhos foram fiéis à essa sistemática e certamente ofereceram orientação segura para novos pesquisadores.

Uma outra orientação de Laerte que eu gostaria de ressaltar - e que posteriormente foi apropriada, como proposição, por muitos pesquisadores - dizia respeito à necessidade de se buscar marcos educacionais para periodizar a história da educação, superando a prática da adoção de marcos meramente político-administrativos e econômicos^x, o que, até hoje, ainda é uma proposição apenas parcialmente concretizada^{xi}.

A partir do final da década de cinquenta até os primeiros anos da de setenta ocorreria a divulgação do trabalho desses pesquisadores, que, a meu ver, deram início à construção da tradição de pesquisa no âmbito da História da Educação. A exigência de titulação e os prazos para se obtê-la ainda dentro do denominado "regime antigo" (anterior à implantação dos cursos de

pós-graduação) fizeram com que a maioria dos trabalhos surgisse no final dos anos sessenta. Embora correndo o risco de omitir trabalhos importantes, não gostaria de deixar de mencionar os que me pareceram mais relevantes. Assim, já em 1955, Roque Spencer Maciel de Barros defende sua tese de doutoramento sobre *A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto e seu Significado Pedagógico*^{xii}, com o qual iniciou o estudo das idéias positivistas no Brasil e, em 1959, publica sua consistente tese de livre-docência, *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*^{xiii}, onde analisa a história das idéias nas duas últimas décadas do Império - período que, a seu ver, desempenhou papel semelhante ao do Iluminismo na Europa do século XVIII - contemplando as mentalidades cientificista, liberal e católico-conservadora do final do Império e suas posições acerca da idéia de universidade e da liberdade de ensino. No ano seguinte, o mesmo Autor daria outra contribuição importante para a História da Educação Brasileira, organizando a obra *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*^{xiv}, que reúne artigos publicados na imprensa e contribuições de especialistas acerca da campanha em favor do ensino público encetada a partir de 1959, na fase final de tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases. Alguns anos depois, o mesmo tema é tratado no trabalho de João Eduardo Villalobos *Diretrizes e Bases da Educação: ensino e liberdade*^{xv}, onde as vicissitudes presentes na tramitação do projeto, os pontos de luta e controvérsia são analisados à luz de posições que se consolidam a partir de 1930. Embora as relações entre Estado, sociedade e escola se apresentem hoje de forma bastante diferente^{xvi}, tais trabalhos constituem ainda referenciais obrigatórios para o entendimento dos antecedentes das questões que contemplam.

Poucos trabalhos abordaram o período colonial e o imperial. Quanto ao primeiro, além do trabalho do Prof. Laerte, cumpre citar o de Miriam Xavier Fragoso, sobre *O ensino régio na capitania de São Paulo: 1759-1801*^{xvii}, bem como o de José Ferreira Carrato - um dos poucos historiadores na época a se dedicar à história cultural e educacional - que, em 1961, apresentou tese de doutoramento sobre as origens do Colégio Caraça (*As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça*^{xviii}) e, em 1968, publicou *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*^{xix}.

Quanto ao período imperial, destacam-se os trabalhos de Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Maria Aparecida Rocha Bauab, o primeiro sobre *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*^{xx} e o segundo sobre *O Ensino Normal na Província de São Paulo (1846-1889)*^{xxi}, os quais dão conta, com grande riqueza de documentação, das modalidades de ensino que constituem seu objeto. O trabalho de Mariotto Haidar, além de sua contribuição para o estudo da instrução feminina, para o movimento de idéias e para o

desenvolvimento dos estudos secundários no Império, superava as interpretações então correntes sobre os efeitos descentralizadores do Ato Adicional de 1834 no ensino secundário, procurando demonstrar que houvera uma pseudodescentralização desse ensino, que se procurou conformar aos requisitos fixados pelo poder central para o ingresso no ensino superior. O trabalho de Rocha Bauab, acompanhado de arrolamento de fontes escritas e de recursos iconográficos, analisou as dificuldades de implantação e as vicissitudes da única escola normal criada no período imperial em São Paulo.

O Período Republicano foi o que mereceu maior atenção, seja mediante trabalhos que focalizavam um dado tema ou modalidade de ensino, seja mediante aqueles que se ocuparam de algumas de suas etapas, buscando abranger todas as iniciativas do período. A este respeito, é importante destacar que geralmente o pesquisador dava início ao estudo de um tema e acabava por retroceder no tempo para buscar-lhe os antecedentes, já que estes ainda não haviam sido contemplados pela historiografia. Assim, Rivadávia Marques Jr, que inicialmente se interessou pelas reformas empreendidas a partir do surto renovador (1920-30), acaba por focalizar a política educacional do início da República, até 1911 (*Política Educacional Republicana: o ciclo da desoficialização do ensino*^{xxii}). Nagle, que estuda exaustivamente a década de vinte - seja no plano das idéias, no da sociedade e naquele da política educacional federal e estadual - acaba por abarcar toda a Primeira República com *Educação e Sociedade no Brasil: 1920-1929*^{xxiii}, obra depois reduzida e publicada sob o título de *Educação e sociedade na Primeira República*. Tirsa Regazzini Péres, que pretendia focalizar o ensino secundário nos anos vinte, retrocede suas análises às primeiras décadas republicanas, mostrando a persistência do caráter seletivo, elitista e preparatório que caracterizou esse ensino (*Educação Republicana: tentativas de reconstrução do ensino secundário brasileiro: 1890-1920*)^{xxiv}. Leonor Tanuri, que iniciara um estudo acerca dos problemas então enfrentados pelo ensino normal no Estado de São Paulo, iria procurar na abordagem histórica a origem desses problemas, vindo a dar continuidade ao trabalho de Rocha Bauab e produzir *O Ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*^{xxv}. Celso Beisiegel faz duas importantes contribuições: uma analisa a expansão dos ginásios no Estado de São Paulo através dos agentes políticos, ou seja, dos deputados estaduais (*Ação Política e Expansão da Rede Escolar*)^{xxvi} e outra dedicada ao estudo da história da educação popular, mais especificamente da Campanha de Educação de Adultos de 1947 (*Estado e Educação Popular*)^{xxvii}. Embora estejamos nos restringindo aos trabalhos produzidos no Estado de São Paulo, mencione-se, a propósito, também o trabalho de Vanilda Paiva sobre o mesmo assunto (*Educação Popular e*

Educação de Adultos: contribuição à História da Educação Brasileira^{xxviii}), o qual, como o de Beisiegel, refere-se à história da educação popular, entendida no sentido de educação escolar. O Ensino em São Paulo nas primeiras décadas da República foi tratado por Heládio César Gonçalves Antunha que, apesar de ter tomado como tema *A Reforma de 1920 da Instrução Pública no Estado de São Paulo^{xxix}*, analisa também seus antecedentes, apresentando o desenvolvimento da instrução pública popular no Estado de São Paulo de 1890 a 1920. Num segundo trabalho, Antunha analisa a questão da *Universidade de São Paulo: criação e reforma^{xxx}*. Casemiro dos Reis Filho, já então na PUC/SP, em *A Educação e a Ilusão Liberal^{xxxi}*, focaliza as reformas da primeira década republicana em São Paulo, trabalho que vem sendo citado por quase todos que fazem estudos sobre o ensino primário e normal naquele Estado; a mesma temática é abordada por Maria Therezinha Degani^{xxxii}. A questão do gênero, que ganharia força a partir da década de setenta, também começava a se fazer presente. Assim o estudo da *Mulher na sociedade de Classes*, de Heleith I.B. Saffioti^{xxxiii}, inicia o estudo da marginalização da mulher e dos papéis femininos no desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira, dedicando parte de um capítulo à instrução feminina na Colônia, no Império e na República. A propósito da instrução feminina, também merece menção - apesar de sua natureza exclusivamente descritiva - a tese de Leda Maria Pereira Rodrigues *A Instrução feminina em São Paulo: subsídios para sua História até a Proclamação da República^{xxxiv}*, apresentada para provimento da cátedra de História do Brasil na FFCL Sedes Sapientiae. Trabalhos de história local foram os de Nilce Aparecida Lodi e Maria da Glória de Rosa. A primeira estuda *O ensino Médio em São José do Rio Preto^{xxxv}* e a segunda *O ensino Superior em Bauru^{xxxvi}*.

Procurei mencionar rapidamente a temática que constitui objeto desses trabalhos. A maioria deles focaliza precipuamente a história das instituições; alguns privilegiam a história das idéias. **Na verdade, a totalidade dos trabalhos contempla a história da educação escolar e das idéias que a orientaram, da perspectiva da ação do Estado, incidindo principalmente sobre as iniciativas deste e sobre as reformas educativas (no que dizia respeito à organização, currículos, competência das esferas federal e estadual etc.).** Ainda estávamos num momento de otimismo pedagógico, de esperanças na democratização do acesso, da crença no mito da igualdade de oportunidades, e de luta pelo ensino público, entendido como ensino estatal, criado e fornecido pelos cofres públicos. O papel histórico que o Estado começou a assumir a partir dos fins do século XVIII, lenta mas progressivamente, na constituição de um sistema público de ensino fazia dele

o principal objeto de estudo como agente das iniciativas no setor educacional e, as vezes, como interlocutor com as comunidades. **Assim, já havia trabalhos que enfocavam as pressões das comunidades por ensino público, mas o Estado era ainda o seu interlocutor.** Neste último caso situava-se, por exemplo, o trabalho de Celso Beisiegel que analisava o papel dos deputados estaduais na expansão dos ginásios na década de 50, **em atendimento às pressões de sua clientela política.** Mesmo em seu trabalho seguinte sobre *Estado e Educação Popular*, embora o Autor considere que o Estado se antecipou à emergência de aspirações educacionais entre as massas iletradas, iniciando o movimento de extensão de educação para todos os adolescentes e adultos analfabetos, é visível a preocupação do Autor de explicar essa iniciativa do Estado a partir da emergência das chamadas “massas populares urbanas”, como um dos elementos que passam a informar a ação do Estado Brasileiro após 1930. (A propósito, os trabalhos de Beisiegel têm continuidade nos de Marília Spósito, que foi sua orientanda, e que analisam a expansão do ensino a partir da atuação dos movimentos sociais.) Outros trabalhos, embora focalizassem a ação do Estado, não ignoraram a iniciativa privada, a pressão social e a ação das comunidades.

A grande maioria dos trabalhos, mesmo aqueles dedicados à história das idéias e às análises interpretativas, não prescindiu de abordagens descritivas bastante minuciosas e da preocupação de informar o leitor de toda a documentação obtida. A escassez de estudos de história da educação então existentes motivava o esforço do pesquisador de disponibilizar dados para futuras pesquisas sobre o mesmo assunto. Daí porque alguns trabalhos foram acompanhados, seguidos ou precedidos da publicação (ou edição mimeografada) de arrolamento de fontes. Citem-se, por ex., *A Educação Brasileira: Índice sistemático da Legislação de 1808 a 1889*, de Josephina Chaia^{xxxvii}; bem, como os arrolamentos de fontes sobre a Escola Normal em São Paulo, feitos por Maria Aparecida Rocha Bauab^{xxxviii} e aqueles sobre o ensino médio elaborados por Níce Aparecida Lodi.^{xxxix}

A totalidade dos trabalhos mencionados utilizou-se de fontes primárias escritas, manuais e impressas, privilegiando documentos de origem oficial: legislação e atos do poder executivos, relatórios oficiais de autoridades diversas, discussões parlamentares, atas e estatísticas. Outros documentos escritos como jornais e publicações da época, livros didáticos, programas e provas escolares também foram bastante utilizados. Como observa Le Goff, “há sempre uma relação entre o tipo de história que se pratica e o tipo de documentação que o historiador tem à sua disposição”.^{xl} A mencionada documentação era a disponível em nossos arquivos, via de regra com rudimentar organização, nem sempre catalogada, o que obrigava o

pesquisador a um trabalho braçal considerável. A revolução documental que já começava a ocorrer no âmbito da História ainda não havia atingido nossos arquivos nem nossa produção de História da Educação, o que não evitou que alguns trabalhos já utilizassem recursos iconográficos (embora como ilustração), e que outros também lançassem mão de entrevistas (depoimentos orais) como fontes de informação, **embora sempre em complementação ao documento escrito e, principalmente, com figuras consideradas expoentes**. A documentação oral, permitindo que se ouvisse a voz das populações que não haviam deixado documentos escritos, só seria utilizada, como fonte principal para os trabalhos de História da Educação, um pouco mais tarde.

Dando continuidade ao comentário geral que estou fazendo sobre a literatura levantada - com vistas a apontar aspectos comuns aos vários trabalhos e não as suas diferenças - cumpre lembrar o fato, já sobejamente conhecido, que, do ponto de vista teórico, **a quase totalidade dos trabalhos refletia a tradição liberal, analisando o movimento e as conquistas educacionais na perspectiva dessa tradição**. Tal fato é compreensível se nos lembrarmos que no período em que os obras aqui em apreço foram produzidas, o ideário liberal-escolanovista - consubstanciado na crença numa escola emancipadora dos indivíduos e promotora da igualdade social - ainda continuava a iluminar nossos trabalhos acadêmicos e nossas lutas políticas pela conquista da instrução, como fica evidente no Manifesto "Mais Uma Vez Convocados", publicado na fase final da campanha pela escola pública. Faziam parte desse ideário os princípios do laicismo, da gratuidade, da obrigatoriedade, do caráter público da educação (dever do Estado e direito de todos), da liberdade de ensino, da escola única, "em resumo educação 'para uma civilização em mudança', isto é, para uma revolução dentro da ordem...", como diria Monarcha^{xii}. Seria somente a partir da instalação dos cursos de pós-graduação que muitos trabalhos iniciariam abordagens macroscópicas, em direção a uma interpretação da História da Educação no interior da formação social brasileira, a partir de análises marxistas.

A utilização da abordagem liberal não significou a ausência de contextualização, crítica que tem sido feita com alguma frequência a esses trabalhos. É verdade que muitos deles focalizaram exaustivamente seu objeto, sem se ocuparem da totalidade, ou da formação sócio-econômica que o produziu. Entretanto, vários contextualizaram seus objetos no interior das idéias que os informavam (como é o caso do trabalho de Roque Spencer Maciel de Barros, de Villalobos, de Haidar ou de Rivadávia) ou da realidade educacional da época (como é o caso do trabalho de Antunha, sobre a Reforma de 1920). A propósito da questão da contextualização, um destaque

muito especial merece o trabalho de Nagle. Mais do que contextualizar a educação escolar, o Autor propõe que o estudo de sua problemática cotemple três dimensões - a da sociedade, a do sistema escolar e a dimensão técnico-pedagógica - procurando esclarecer, na medida em que lhe foi possível, as relações entre elas. Com isso o autor apresenta uma visão abrangente do período, propondo determinadas teses explicativas e conceitos que acabaram por ser de uso bastante generalizado nos meios acadêmicos (por autores como Vanilda Paiva, Dermeval Saviani, Luiz Antonio Cunha, entre outros). Mencionem-se, por exemplo, os conceitos de entusiasmo pela educação, otimismo pedagógico, profissional da educação, bem como a tese da tecnificação do campo pedagógico decorrente do escolanovismo. A propósito, essa tese vem sendo retomada e revista por autores como Marta M. Chagas de Carvalho e Clarice Nunes.^{xiii}

Para encerrar as observações sobre a literatura levantada, parece-me importante ressaltar que, a meu ver, a maioria dos trabalhos focalizaram temas e questões de educação escolar que se apresentavam como momentâneos e relevantes na época, buscando a construção de um conhecimento sobre o passado que iluminasse o presente. Assim, a leitura do prefácio do livro de Roque sobre *A Ilustração Brasileira* ressaltava para o leitor toda a problemática da missão da universidade e da liberdade de ensino, na época tão discutida, alertando para a missão educadora do Estado liberal. Da mesma forma, a conclusão do livro de Mariotto, sobre *O ensino secundário*, alertava para a necessidade de se observar as lições do Império e, neste sentido, conservar o ensino regular e seriado que, a duras penas, havíamos conquistado. Embora se possa vislumbrar um certo pragmatismo nessa conduta - como alguns autores já o apontaram - não há dúvida que aí reside também o interesse e a atualidade das mencionadas obras.

Para finalizar, gostaria de retomar a idéia de que a produção desse período que antecede à instalação dos cursos de pós-graduação me parece qualitativamente relevante na construção de uma tradição de pesquisa em História da Educação, não podendo ser subestimada. O objeto mais focalizado nessa produção foi a educação escolar, as idéias que a nortearam, sua organização e administração em diferentes momentos históricos e as iniciativas do Estado a ela pertinentes. A instalação dos cursos de pós-graduação viabilizou condições para o aumento significativo do número de trabalhos, os quais, apesar da diversificação das temáticas, continuaram a incidir precipuamente sobre a educação escolar, buscando investigá-la a partir das condições históricas que a determinaram e a partir das demandas de escolarização da sociedade brasileira. No presente, em que novas formas de se pensar e de se praticar a História da Educação vêm sendo ensaiadas,

avança-se no sentido de retomada de velhos temas, principalmente aqueles pertinentes à educação escolar, mas já sob novas abordagens. É chegado o tempo de se passar dos sistemas de ensino e das políticas educativas para o funcionamento interno das escolas, para o desenvolvimento do currículo, para a construção do conhecimento escolar, para as disciplinas escolares e para as práticas educativas. O direcionamento de pesquisas históricas para tais temáticas, que hoje se desenvolve, não só contribui para ampliar o domínio da História como campo de investigação, mas também responde, a meu ver, aos interesses maiores da educação.

-
- ⁱⁱ BARREIRA, Luiz Carlos. *História e historiografia: as escritas recentes da História da Educação Brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1995. (Tese de doutoramento)
- ⁱⁱⁱ Agradeço a Profa. Dra. Tirsia Regazzini Peres pelo fornecimento de algumas informações que enriqueceram o presente texto.
- ^{iv} NUNES, Clarice. Ensino e historiografia da educação. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, n.1, jan.fev.mar.abr. 1996, p. 67-79, p. 68.
- ^v Tais trabalhos estão arrolados na publicação: Moraes, Rubens Borba de & William, Bierrien. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949.
- ^{vi} MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936-38. 3 v. *A instrução e as províncias*. São Paulo: Ed.Nacional, 1939-40. 3 v. *A instrução e a República*. Rio de Janeiro: MEC/INEP/Imprensa Nacional, 1941. 3 v. *A instrução pública no Estado de S.Paulo*. S.Paulo: Ed.Nacional, 1942. 2 v.(Brasília)
- ^{vii} MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A experiência do CBPE nos anos 50-60: um projeto de Anísio Teixeira. Trabalho apresentado na 20a. Reunião Anual da ANPED. Caxambu, set. 1997.
- ^{viii} Vejam-se: *Técnicas e problemas de mudança cultural provocada em face da organização e funcionamento do sistema educacional brasileiro*. São Paulo: INEP/CRPE “Prof. Queiroz filho”, 1967 (Estudos e documentos, v. 5); *Diagnóstico de uma situação educacional. A escola como fonte de tensões e fator de desenvolvimento na sociedade brasileira*. São Paulo: INEP/CRPE “Prof. Queiroz filho”, 1968. (Estudos e documentos, v. 6)
- ^{ix} CARVALHO, Laerte Ramos de. *As Reformas Pombalinas da instrução pública*. São Paulo: FFCL da USP, 1952.
- ^x CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação brasileira e sua periodização. Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, set. 1971.
- ^{xi} No trabalho realizado por Luiz Carlos Barreira mencionado na nota “i”, 57% das teses de doutoramento analisadas utilizam marcos políticos na periodização e os 43% restantes servem-se de marcos “propriamente educacionais”. Quanto às teses de Mestrado, 57% utilizam marcos educacionais; 26% , marcos políticos consagrados pela historiografia e 17%, parâmetros econômicos. Op. cit., p.69-71.
- ^{xii} BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. São Paulo: Grijalbo, 1967.
- ^{xiii} BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de univesidade*. São Paulo: FFCL da USP, 1959. (Boletim 241)
- ^{xiv} BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- ^{xv} VILLALOBOS, João E. Rodrigues. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional: ensino e liberdade*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1969.
- ^{xvi} A propósito, veja-se o seguinte trecho de Roque S. Maciel de Barros: “Liberdade de ensino sim: nenhum liberal poderia deixar de querê-la, tanto que só o liberalismo formulou sem restrições esse princípio. Mas que não se confunda essa liberdade com sua contrafação; mas que não se queira em nome dela eliminar a missão educadora do Estado liberal, que a criou e foi, até hoje, o único a zelar por ela.” *A Ilustração Brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, 1959 (Boletim n. 241) Tais

- idéias estão distantes das propostas do Estado néo-liberal relativas à desresponsabilização do Estado em matéria de educação.
- ^{xvii} FRAGOSO, Miriam Xavier. *O ensino régio na capitania de São Paulo: 1759-1801*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1972. (Tese de Doutorado)
- ^{xviii} CARRATO, José Ferreira. *As Minas Gerais e os Primórdios do Caraca*. São Paulo, Nacional, 1963. (Brasiliiana, v. 317).
- ^{xix} CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1968. (Brasiliiana, v. 334.)
- ^{xx} HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto de. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: EDUSP/GRIJALBO, 1972
- ^{xxi} BAUAB, Maria Aparecida Rocha. *O ensino normal na Província de São Paulo*. São José do Rio Preto: Faculdade de filosofia, Ciências e Letras, 1972, 2 v. (Tese de Doutorado)
- ^{xxii} MARQUES Jr., Rivadavia. *Política educacional republicana: o ciclo da desoficialização do ensino*. Araraquara: FFCL, 1967. (Tese de doutorado)
- ^{xxiii} NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade no Brasil: 1920-1929*. Araraquara: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1966. (Tese de Livre-docência). Esta tese foi reduzida e publicada sob o título *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- ^{xxiv} PERES, Tírsia Regazzini. *Educação republicana: tentativas de reconstrução do ensino secundário brasileiro: 1890-1920*. Araraquara, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973. (Tese de Doutorado)
- ^{xxv} TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no Estado de São Paulo no período da primeira república*. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973. (Tese de doutorado) Esta tese foi publicada sob o título: *O ensino normal no Estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 1979. (Coleção Estudos e Documentos, vol. 16).
- ^{xxvi} BEISIEGUEL, Celso de Rui. *Ação política e expansão da rede escolar. Pesquisa e Planejamento*. São Paulo, CRPE, n. 8, 1964.
- ^{xxvii} BEISIEGUEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo, Pioneira, 1974
- ^{xxviii} PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo: Loyola, 1973.
- ^{xxix} ANTUNHA, Heládio Cesar G. *A instrução pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1976. (Estudos e Documentos, no. 15) Apresentado como tese de doutorado à Faculdade de Educação da USP em 1967.
- ^{xxx} ANTUNHA, Heládio Cesar G. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo, CRPE, 1974. Apresentado como tese de livre-docência à Faculdade de Educação da USP em 1971.
- ^{xxxi} REIS Filho, Casemiro. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1981. Este trabalho foi apresentado, em 1974, como tese de doutorado à PUC/SP, sob o título: *Reforma republicana do ensino público paulista: fase de implantação(1890/96)*.
- ^{xxxii} DEGANI, Maria Therezinha. *Aspectos mais significativos da instrução pública no Estado de São Paulo na primeira década republicana*. Araraquara: FFCL, 1973. (Tese de Doutorado)
- ^{xxxiii} SAFFIOTTI, Helcieth I.B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.
- ^{xxxiv} RODRIGUES, Leda Maria Pereira. *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para sua história até a proclamação da república*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1962.
- ^{xxxv} LODI, Nilce Aparecida. *O ensino médio em São José do Rio Preto (1920-1949): contribuição à história das instituições de ensino no Brasil*. São José do Rio Preto: FFCL, 1967, 3 v. (Tese de doutorado). O 3o volume contém arrolamento de fontes: Índice básico da legislação do Ensino Municipal em São José do Rio Preto(1920-1949); Índice básico da legislação estadual sobre São José do Rio Preto (1890-1949); Índice biográfico, com dados sobre pessoas vivas ligadas à História de São José do Rio Preto, colhidos mediante técnica autobiográfica dirigida.
- ^{xxxvi} DE ROSA, Maria da Glória. *O ensino superior em Bauru*. Marília, FFCL, 1973. (Tese de doutorado)
- ^{xxxvii} CHAIA, Josephina. *A educação brasileira: índice sistemático da legislação de 1808 a 1889*. Marília: FFCL, 1963. 3 v. (Boletim n. 1)
- ^{xxxviii} Sobre o arrolamento de fontes relativas à Escola Normal na Província de São Paulo, veja-se o segundo volume da tese: BAUAB, Maria aparecida Rocha. *O Ensino Normal na Província de São Paulo, op. cit.* Para o arrolamento de fontes relativas ao período republicano, veja-se, da mesma autora: Arrolamento de fontes primárias e secundárias do ensino normal no Estado de São Paulo (1890-1963). In: *Anais do VII*

Simpósio Nacional de Professores Universitários de História: A Cidade e a História, v. III. São Paulo, APUH, p. 1765-1791.

^{xxxix} Veja-se: LODI, Nilce Aparecida. op. cit.

^{xl} Apud ANCONA LOPEZ, André Porto. Documento e história. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p.15-36.

^{xli} MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira - a escola nova*. São Paulo: Cortes/Autores Associados, 1989, p.22.

^{xlii} Vejam-se: CARVALHO, Marta M. Chagas de. História, memória, historiografia: a produção do vazio. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 7, n. 1, jan.-mar.1993, p.10-15. NUNES, Clarice. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, v. 6, 1992, p.151-182.
